

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA REGIONAL DE COMPETÊNCIA EMPRESARIAL E DE CONFLITOS RELACIONADOS À ARBITRAGEM DAS 4ª E 10ª REGIÕES ADMINISTRATIVAS JUDICIÁRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO – COMARCA DE CAMPINAS.

Recuperação Judicial nº 1000008-28.2024.8.26.0354

INDUSTRIA E COMERCIO DE CONSERVAS MOLIZ PALMEIRAL LTDA. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL e OUTROS, por seu advogado que esta subscreve, nos autos da Recuperação Judicial em epígrafe, vêm, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, em atenção a Ata da Assembleia Geral de Credores de fls. 2260/2269, apresentar a versão modificada e consolidada do **PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL**, para votação na Assembleia Geral de Credores que ocorrerá no dia 08 de janeiro de 2025, às 10h00min.

Termos em que,

Pede deferimento

Campinas, 4 de janeiro de 2025.

RICARDO AMARAL SIQUEIRA

OAB/SP – 254.579

CAROLINE KÜHL D'ALMEIDA FERREIRA

OAB/SP – 444.415

RUA MARIA DA CONCEIÇÃO FRANCO DE ANDRADE, 480

CEP 13092-190 - CAMPINAS / SP

TEL +55-19-3308-0222

CONTATO@RSSA.COM.BR

WWW.RSSA.COM.BR



PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL



1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Este documento foi elaborado em atendimento ao artigo 53 da Lei nº 11.101/2005, de 9 de fevereiro de 2005 sob a forma de um Plano de Recuperação Judicial para as empresas **INDUSTRIA E COMERCIO DE CONSERVAS MOLIZ PALMEIRAL LTDA, VIVA GOURMET PALMEIRAL SERVIÇOS EIRELI. e MAURÍCIO QUAGLIATO**, doravante denominados conjuntamente como **“GRUPO PALMEIRAL”**

Os Requerentes postularam em 23/01/2024 os benefícios e ônus de uma recuperação judicial, nos termos da Lei de Falências e Recuperação de Empresas.

Para o devido suporte na elaboração do Plano de Recuperação Judicial, a empresa contratou a **PERRONE ASSESSORIA EM GESTÃO**, que é especializada em planejamento estratégico e recuperação empresarial, responsável final pela elaboração e subscrição do presente documento.

Em síntese, o Plano de Recuperação Judicial ora apresentado propõe a concessão de prazo e condições especiais para pagamento das obrigações vencidas da empresa, consoante os ditames do artigo 50 da Lei 11.101/2005, demonstrando a viabilidade econômico-financeira da empresa, bem como a compatibilidade entre a proposta de pagamento apresentada aos credores e a geração de caixa das Recuperandas.

As condições a seguir descritas atendem não só às exigências da Lei de Falências e Recuperações de Empresas, mas também foram preparadas tendo em vista as mais modernas técnicas de administração e gestão empresarial.

Sendo assim, a demonstração da viabilidade econômica, de que trata o artigo 53, inciso II, da Lei 11.101/2005, é objeto deste plano, do qual se observa a compatibilidade entre proposta de pagamento aos credores e a geração de recursos das empresas do grupo. O laudo econômico e financeiro, por sua vez, foram apresentados como anexos ao plano e apoiados nas informações prestadas pela empresa e pelos documentos entregues em juízo conforme o artigo 51 da Lei 11.101/2005.

1.1. INTERPRETAÇÃO DESTE PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

O Plano de Recuperação Judicial observará as seguintes premissas de interpretação:

- a) Os títulos deste documento foram inseridos para facilitar a localização das disposições e, juntamente com os grifos, são utilizados por conveniência e não afetam a interpretação deste Plano de Recuperação Judicial, de seus Anexos e/ou de quaisquer documentos ou instrumentos emitidos e/ou firmados nos termos do Plano de Recuperação Judicial, não podendo ser invocados para desqualificar ou alterar o conteúdo de quaisquer das cláusulas itens deste Plano de Recuperação Judicial;
- b) As expressões e definições utilizadas neste Plano de Recuperação Judicial e em seus Anexos poderão ser expressas tanto no singular quanto no plural, e em qualquer dos gêneros;
- c) As expressões e definições utilizadas no Plano de Recuperação Judicial e em seus Anexos, mas neles não definidas, terão o significado a elas atribuídos pela legislação e regulamentação vigente aplicável, em especial na Lei 11.101/2005 e na Lei, pronunciamentos técnicos, orientações e interpretações que trazem as práticas contábeis adotadas no Brasil;
- d) Referência a qualquer pessoa, ou a uma parte de qualquer documento, título, instrumento, acordo ou contrato, inclui seus sucessores e cessionários;
- e) Uma referência à disposição de lei, norma ou regulamento, exceto se de outra forma indicado, deve ser entendida como referência a tal disposição conforme alterada, reeditada, ratificada ou substituída a qualquer tempo;
- f) Uma referência a um documento inclui aditamentos, suplementos, anexos, substituições, ratificações, retificações e novações celebrados;
- g) Os casos omissos serão regulados pelos preceitos da legislação vigente aplicável, em especial a Lei 11.101/2005; e

- h) Os eventuais anexos a este Plano de Recuperação Judicial, bem como os documentos que vierem a ser firmados e/ou emitidos por conta, ordem ou em razão deste Plano de Recuperação Judicial constituem parte integrante e inseparável deste Plano de Recuperação Judicial.

2. APRESENTAÇÃO E HISTÓRICO DAS EMPRESAS

2.1. APRESENTAÇÃO

São objeto do presente Plano de Recuperação Judicial, as Recuperandas **INDUSTRIA E COMERCIO DE CONSERVAS MOLIZ PALMEIRAL LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no C.N.P.J. sob o nº 03.552.541/000110, com sede social no Rio Mutum, margem esquerda, s/n, Bairro Zona Rural, Breves/PA, CEP 68.800-00, **VIVA GOURMET PALMEIRAL SERVIÇOS EIRELI.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no C.N.P.J. sob o nº 28.058.726/0001-02, com sede à TV. João Nepomuceno, número 06, CEP 68.445-000, Bairro Núcleo Urbano, município de Barbacena/PA e **MAURÍCIO QUAGLIATO**, empresário individual, inscrito no CNPJ sob o n.º 01.853.982/0001-27, com sede à Rua José Annicchino Fu Paulo, nº 93, bairro Vila Fátima, em Capivari/SP, CEP 13360-000.

2.2. HISTÓRICO DA EMPRESA E EXPOSIÇÃO DAS CAUSAS CONCRETAS DA SITUAÇÃO PATRIMONIAL DA DEVEDORA E DAS RAZÕES DA CRISE ECONÔMICO-FINANCEIRA.

A história do grupo PALMEIRAL se confunde com a história do empresário individual MAURÍCIO e teve início no ano de 1993, de forma artesanal, quando o sócio recolhia potes de vidros pela cidade, fazia a sua esterilização e ia até o “Vale do Ribeira” para colher palmitos e os envazar nos potes, vendendo o produto inicialmente na cidade de Capivari/SP.

A partir do ano 2000 o singelo negócio, até então era artesanal, iniciou sua profissionalização e crescimento, com a abertura, pela PALMEIRAL de sua a sua primeira fábrica de palmito na cidade de Breves/PA, uma ilha no interior do Estado do Pará.

Atualmente, o grupo conta com 05 (cinco) fábricas, 1 (um) centro administrativo e 02 (duas) fazendas onde possuem o próprio plantio de palmito, sendo estes: 04 (quatro) fábricas no Estado do Pará, 01 (uma) fábrica no Estado de São Paulo, o centro-decisório em Capivari/SP, e uma fazenda também no Estado de São Paulo e a outra fazenda no Estado de Santa Catarina.

O Grupo Palmeiral está comprometido com o meio ambiente por meio do uso de práticas de coleta sustentável.

A extração dos frutos e das palmeiras não causa impacto no ambiente, pois a sua manipulação é feita de forma sustentável para que sejam produzidos novos brotos à planta.

Com esse processo, é estabelecida a total integração entre o ser humano e o meio ambiente, servindo como alimento e fonte de renda.

O grupo PALMEIRAL se preocupa com a sua qualidade e com a qualidade do meio ambiente em que vive, por isso assume uma posição diferenciada em sua conquista de certificações.

Os palmitos são livres de química, isto é, são orgânicos e livres de agrotóxicos, mais saudáveis e mais nutritivos e, por consequência, afastando os danos à saúde de seus consumidores, como ilustra a imagem.



Não bastasse o exposto, o grupo PALMEIRAL tem elevada função social, na medida que gera emprego e renda em regiões com baixo índice de desenvolvimento econômico.

Ocorre que, a despeito do ciclo virtuoso e vivido na maior parte de seus mais de 30 (trinta) anos de existência, a sucessão de eventos negativos e imprevisíveis, associados à inexistência de recuperação econômico-financeira dentro dos prazos esperados geraram desafios sem precedentes para a empresa, justificando o ajuizamento do pedido de recuperação judicial.

2.3. AÇÕES TOMADAS PARA REVERSÃO DA CRISE

Visando a recuperação da sua condição financeira, a empresa contratou consultores para auxiliá-la em sua reestruturação, lastreada em um planejamento estratégico de médio a longo prazo, criando processos e metodologias de trabalho, com controles, metas e resultados previamente estabelecidos, para a equalização de suas deficiências operacionais e administrativas, superando as dificuldades refletidas no fluxo de caixa corrente, trabalho este que está em pleno andamento, que ora detalhamos:

- Melhoria na integração dos processos de vendas, marketing e operacional, visando redução do ciclo econômico comercial;

- Melhoria contínua e rigorosa dos controles internos, tais como, de receitas, estoque, operações e logística.
- Redução das despesas com operações financeiras e administrativas;
- Contratação de empresa especializada em desenvolvimento estratégico e administração empresarial;
- Elaboração de Plano de Recuperação Judicial.
- Estas iniciativas já estão refletindo diretamente no plano de reestruturação e desenvolvimento do grupo, que está demonstrando melhoria no perfil de faturamento, o que permitirá a equalização do passivo através do plano de pagamento ora proposto e a retomada do crescimento sustentável.

3. ORGANIZAÇÃO DO PLANO ESTRATÉGICO DE RECUPERAÇÃO

3.1. INTRODUÇÃO

Este Plano de Recuperação Judicial foi precedido de um estudo de planejamento estratégico, e tem por objetivo viabilizar, de acordo com a Lei 11.101/2005, a reestruturação financeira da empresa, preservando sua função social na comunidade brasileira, mantendo sua entidade geradora de bens, recursos, empregos (diretos e indiretos) e de pagamento de tributos.

O Plano de Recuperação Judicial é focado na preservação dos interesses dos credores da empresa e na geração de empregos, estabelecendo as condições financeiras frente a atual situação da empresa e de mercado.

Nesse rumo, as condições apresentadas no presente plano de recuperação judicial são as que menos impactam negativamente nas relações negociais mantidas com o mercado, pois elaborado com base em critérios técnicos, econômicos e financeiros, sendo o mais condizente possível com a realidade dos fatores micro e macroeconômicos que se refletem nos negócios das Recuperandas e no mercado regional e nacional.

3.2. ETAPA QUALITATIVA

3.2.1. ANÁLISE DO AMBIENTE DE UM SETOR DE ATIVIDADE

Esta análise está baseada nas principais forças competitivas que interferem na elaboração da estratégia das empresas, conhecida em administração como Forças de Porter. São elas: grau de facilidade de entrada de novos concorrentes, grau de facilidade de entrada de produtos substitutos, nível de interferência governamental no setor, nível de saturação da concorrência, poder de barganha dos clientes e poder de barganha dos fornecedores.

3.2.2. ANÁLISE DO MACRO AMBIENTE CLIMA

A fim de obter um conjunto de informações acerca das tendências ambientais, foram analisadas as variáveis políticas e macroeconômicas que interferem direta ou indiretamente no desempenho das RECUPERANDAS e seus comportamentos ou oscilações. O desempenho das RECUPERANDAS estará sujeito a variáveis que dependem tanto de fatores externos, como desempenho da economia global, como evolução da política brasileira, avanço de reformas econômicas.

Empresas que pretendam sobreviver e voltar a ter resultados positivos, protegendo seu patrimônio e os empregos de seus colaboradores, tem que ter a responsabilidade de se ajustar a uma realidade de faturamento mais baixo, custos sob controle e eficiência na gestão.

As análises a seguir poderão se modificar em decorrência de mudanças macro e microeconômicas no país, porém são necessárias para a análise do cenário a ser apresentado pelas RECUPERANDAS junto aos interessados no processo. As bases utilizadas são as existentes no período de geração deste Plano de

Recuperação Judicial e baseadas na mediana agregada do relatório Focus do Banco Central do Brasil.

Projeções Econômicas- 2024 até 2027 (Boletim Focus)

Mediana - Agregado	2024						2025						2026						2027					
	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comp. semanal *	Resp. **	5 dias úteis ***	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comp. semanal *	Resp. **	5 dias úteis ***	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comp. semanal *	Resp. **	5 dias úteis ***	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comp. semanal *	Resp. **	5 dias úteis ***
IPCA (variação %)	3,77	3,75	3,76	▲ (1)	147	3,76	53	3,51	3,51	3,53	▲ (1)	142	3,60	53	3,50	3,50	3,50	▲ (40)	119	3,50	3,50	3,50	▲ (40)	109
PIB Total (variação % sobre ano anterior)	1,78	1,89	1,90	▲ (8)	109	2,02	33	2,00	2,00	2,00	▲ (17)	100	2,00	32	2,00	2,00	2,00	▲ (35)	76	2,00	2,00	2,00	▲ (37)	75
Câmbio (R\$/US\$)	4,93	4,95	4,95	▲ (3)	117	4,98	36	5,00	5,00	5,00	▲ (13)	111	5,00	35	5,04	5,04	5,04	▲ (1)	84	5,10	5,07	5,07	▲ (2)	77
Selic (% aa)	9,00	9,00	9,00	▲ (15)	137	9,00	45	8,50	8,50	8,50	▲ (18)	132	8,75	44	8,50	8,50	8,50	▲ (10)	107	8,50	8,50	8,50	▲ (35)	103
IGP-M (variação %)	2,80	2,80	2,80	▲ (1)	77	1,88	24	3,80	3,65	3,65	▲ (1)	64	3,62	22	3,50	3,50	3,50	▲ (8)	59	3,80	3,80	3,65	▲ (1)	55
IPCA Administrados (variação %)	4,07	4,15	4,13	▼ (1)	97	4,00	29	3,93	3,92	3,92	▲ (2)	81	3,94	25	3,50	3,50	3,50	▲ (8)	57	3,50	3,50	3,50	▲ (27)	53
Conta corrente (US\$ bilhões)	-35,00	-32,00	-32,00	▲ (3)	27	-30,00	11	-38,35	-36,95	-35,00	▲ (1)	27	-32,60	11	-40,00	-40,00	-40,00	▲ (8)	10	-38,40	-35,90	-36,00	▲ (1)	15
Balança comercial (US\$ bilhões)	82,00	82,00	80,50	▼ (1)	24	80,00	9	74,55	74,55	74,55	▲ (2)	20	75,00	7	77,00	77,00	77,00	▲ (1)	13	79,00	77,00	77,00	▲ (3)	11
Investimento direto no país (US\$ bilhões)	67,00	65,00	65,00	▲ (1)	23	67,00	10	73,10	73,10	73,10	▲ (2)	23	72,00	10	80,00	80,00	80,00	▲ (1)	17	77,50	79,00	78,00	▲ (1)	15
Dívida líquida do setor público (% do PIB)	63,64	63,85	63,85	▲ (1)	24	63,90	7	66,50	66,42	66,42	▲ (3)	24	66,00	7	68,55	68,60	68,55	▲ (1)	21	70,30	69,90	69,80	▲ (1)	20
Resultado primário (% do PIB)	-0,79	-0,70	-0,70	▲ (1)	42	-0,85	12	-0,60	-0,60	-0,60	▲ (11)	41	-0,78	12	-0,50	-0,50	-0,50	▲ (5)	20	-0,30	-0,28	-0,25	▲ (2)	25
Resultado nominal (% do PIB)	-6,90	-6,90	-6,90	▲ (1)	23	-6,80	7	-6,30	-6,29	-6,30	▲ (1)	22	-6,30	7	-5,95	-6,00	-6,00	▲ (1)	17	-5,65	-5,60	-5,55	▲ (3)	16

O índice **IPCA** apresentou sucessivas quedas pelo mercado, e a expectativa nas projeções se mantem em patamares baixos, devido a economia ter passado por período de recessão, que acarretou desaceleração do mercado consumidor, no entanto com a recuperação econômica, há espaço para crescimento desacompanhado da inflação devido as empresas estarem operando em capacidade ociosa.

A **taxa de juros**, apesar dos recentes aumentos, sinaliza queda nos próximos anos. Este movimento é considerado positivo visto que haverá retomada na economia através de aumento de investimentos, e tem como vantagem adicional diminuir a pressão nas contas públicas. Seu impacto na geração de empregos, ocasionara elevação de renda do consumidor final, e consequente aumento da demanda no setor de consumo, mesmo das **RECUPERANDAS**.

O PIB mantém a expectativa crescimento nos próximos anos, segundo as principais projeções macroeconômicas. Como a recuperação do cenário econômico, esse crescimento aumenta a renda média nacional, acarretando impactos positivos na demanda do setor, ou seja, o mercado volta a consumir com o aquecimento da economia. Soma-se a esse otimismo, o controle da

inflação conforme já elencado, que reduz os custos das RECUPERANDAS sem afetar a demanda.

A expectativa de câmbio favorece as exportações e podem significar uma melhora na balança comercial, que poderá auxiliar na reversão do aumento do endividamento do setor público. Apesar da expectativa de recuo da produção, o investimento direto continua estável, e são índices que refletem muito a expectativa do empresariado, também com tendência positiva.

Consumo

O consumo no país permanecia em queda, em decorrência da recessão econômica nacional. No entanto, com a retomada e perspectivas de crescimento do PIB, reverte-se a confiança do consumidor e do empresariado, e as famílias voltam a consumir com o aquecimento da economia.

Desemprego

Os índices de desemprego estão baixos e devem permanecer assim com o aquecimento da economia.

Embora a economia e instabilidade política do país se encontrem com incertezas, o horizonte próximo apresenta grandes expectativas e condições de melhora especialmente para o perfil das Recuperandas. Desta forma, as RECUPERANDAS entendem que a grande maioria dos índices macroeconômicos já sinalizam um fator de oportunidade.

3.2.3. ANÁLISE DO AMBIENTE OPERACIONAL

A análise deste item visa identificar como se desenvolve o relacionamento específico das RECUPERANDAS com os principais agentes envolvidos no processo operacional da empresa, quais sejam: trabalhadores, fornecedores de bens e serviços, instituições financiadoras, clientes, acionistas e governo.

Trabalhadores

O relacionamento das RECUPERANDAS com seus funcionários tem apresentado um cenário de muita compreensão, mesmo nos últimos períodos, devido as suas dificuldades econômicas-financeiras. Os trabalhadores possuem imenso respeito pela empresa e pela marca de qualidade no mercado, perceber-se que muitos funcionários continuam apoiando e acreditando na empresa, que reconhece essa postura e busca recompensá-la. Também possui bom relacionamento com o sindicato da categoria, que compreende a situação econômico-financeira de crise que a empresa tem atravessado.

Entende-se que com o seu processo recuperacional haverá melhora neste relacionamento, uma vez que se busca eliminar os problemas aqui descritos.

Fornecedores de bens e serviços

O relacionamento das RECUPERANDAS com seus fornecedores, sofre os prejuízos de seu processo de crise, e em muitos casos, obriga pagamentos à vista, o que dificulta seu fluxo operacional. Embora o relacionamento se mantenha e exista o fornecimento de insumos e serviços, tais parceiros não têm ofertado linhas de crédito até que visualizem a recuperação da empresa e, por este motivo, tal processo se mostra de extrema necessidade.

Nos últimos períodos as RECUPERANDAS acabaram por concentrar suas compras em alguns poucos parceiros, o que gerou dependência e perda de margem de negociação.

As RECUPERANDAS entendem que seus parceiros voltarão a lhe conceder crédito assim que o processo recuperacional se consolidar e mostrar de forma factual seu andamento.

Instituições financiadoras

Existem Fundos de Investimento que apoiam as atividades das RECUPERANDAS, e que continuarão a financiar com fomentos de curto prazo para o seu ágil soerguimento.

Clientes

Este grupo é o mais delicado e importante no processo de saneamento de situações de crise da empresa. O relacionamento entre cliente e fornecedor está baseado fortemente em confiança e, no processo das RECUPERANDAS, que são bem-conceituadas em seu setor de atuação, com alta qualidade e possuir localização física privilegiada no atendimento aos mesmos, o que lhe confere maior vantagem.

Governo

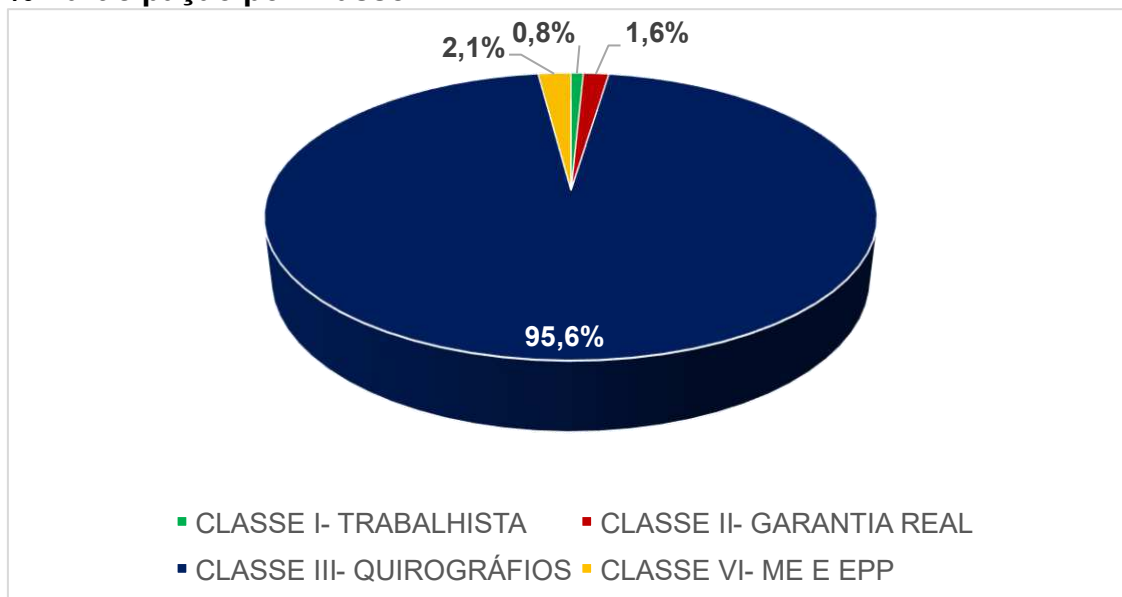
O perfil de endividamento tributário das RECUPERANDAS requer um tratamento especial, somente possível de se conseguir numa interpretação legal que compreenda e aceite a condição de Recuperação Judicial.

4. QUADRO DE CREDORES DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Para projeção de pagamentos, leve-se em conta o quadro de credores a seguir:

Classe	Valor (R\$)	%
CLASSE I- TRABALHISTA	113.272	0,8%
CLASSE II- GARANTIA REAL	233.200	1,6%
CLASSE III- QUIROGRAFÁRIOS	13.909.954	95,6%
CLASSE VI- ME E EPP	300.656	2,1%
Total	14.557.082	100%

% Participação por Classe



5. Dos Credores

5.1. Serão considerados como Credores, para os efeitos do Plano, apenas aquelas pessoas, físicas ou jurídicas, que se encontram relacionadas na lista de credores, refletindo as alterações apuradas pelo Administrador Judicial em razão das divergências e habilitações de crédito apresentadas e ajustes necessários em razão de compensações realizadas.

5.2. A alteração da classificação ou dos valores dos créditos não modificará o resultado da deliberação da AGC (art. 39, §2º, LFR) tampouco as condições e critérios de pagamentos previstos neste PRJ.

5.3. O valor total a ser pago aos Credores nos termos do Plano não será majorado ou reduzido (até o pagamento dos valores devidos) e será entre eles compartilhado se, em decorrência da decisão judicial posterior à data da aprovação do Plano, a Lista de Credores vier a sofrer acréscimos ou decréscimos.

5.4. Os Credores poderão ceder seus respectivos créditos desde que: (i) a cessão seja comunicada ao Juízo da Recuperação; e (ii) os respectivos cessionários recebam e confirmem o recebimento de cópia do Plano, reconhecendo que, quando da sua aprovação, o crédito cedido estará sujeito a suas cláusulas, sob pena de a cessão ser reputada ineficaz em relação ao devedor da obrigação cedida.

6. Novação e Origem dos Recursos para Pagamento dos Credores

6.1 Novação. Nos termos do art. 59 da LFRE, todos os Créditos de Credores são novados. Os créditos novados após a aplicação dos deságios, amortização e eventuais pagamentos à vista e prazos de pagamento previsto neste “PRJ”, constituirão a Dívida Reestruturada, conforme disposta neste “PRJ”.

7. PAGAMENTO DOS CREDITORES TRABALHISTAS (CLASSE I)

O presente “PRJ” prevê o pagamento integral dos Créditos Trabalhistas em até 12 (doze) meses após a homologação do “PRJ”, com primeiro pagamento em até 60 (trinta) dias contados da homologação do plano de recuperação judicial

Os pagamentos dos Credores da Classe I somente serão exigíveis após o envio dos dados bancários atualizados, na forma deste Plano, o que deve ser providenciado pelos Credores da Classe I por meio da juntada dos dados nos autos.

O valor do crédito que sobejar 150 (cento e cinquenta) salários-mínimos será pago na mesma condição dos credores quirografários, devendo o credor aderir a uma das formas previstas para a respectiva classe.

Ademais, nos termos do artigo 54, § 1º, da Lei nº 11.101/2005, os créditos limitados a 05 (cinco) salários-mínimos (de natureza exclusivamente salarial) serão pagos em prazo não superior a 30 (trinta) dias contados da homologação do plano de recuperação.

8. PAGAMENTO DOS CREDORES GARANTIA REAL (CLASSE II)

8.1 Pagamento dos Credores Garantia Real (Classe II) - Os Credores Garantia Real farão jus ao recebimento do valor nominal dos créditos novados, conforme o presente “PRJ”, excluídos quaisquer valores devidos a título de juros, multas e demais encargos e descontados eventuais valores por eles retidos após a distribuição do pleito de recuperação, conforme as formas de pagamento determinadas a seguir:

8.2 Formas de Pagamento dos Credores Garantia Real (Classe II). Este “PRJ” prevê 01 (uma) forma de pagamento dos Credores Quirografários, conforme detalhado a seguir:

O pagamento dos Credores da Classe II será realizado da seguinte forma:

- (i) Carência de 12 (doze) meses;
- (ii) Deságio de 30%
- (iii) Atualização: T.R. + juros de 1% ao mês a contar da data do ajuizamento da recuperação judicial.
- (iv) Prazo de pagamento: 96 parcelas mensais e sucessivas;
Primeiro pagamento no 13º. mês após a aprovação do Plano de Recuperação Judicial.

Parágrafo primeiro: o valor do crédito dos dos credores da Classe II será corrigido pelos índices definidos no item III desta seção a partir da data da distribuição do pedido da Recuperação Judicial.

Parágrafo segundo: o valor dos encargos decorrentes do crédito de credores da Classe II apurado da data do pedido até a aprovação do plano na AGC será incluído e amortizado nas parcelas mensais a serem adimplidas após o decurso do período de carência.

Parágrafo terceiro: os encargos financeiros incidentes sobre os créditos de credores da Classe II acumulados durante o período de carência, serão calculados e capitalizados integralmente / mensalmente e incorporados ao saldo devedor principal. A partir do decurso do prazo de carência, os encargos serão calculados, debitados e exigidos integralmente/mensalmente, juntamente com as parcelas do saldo devedor principal.

9. PAGAMENTO DOS CREDITORES QUIROGRAFÁRIOS (CLASSE III)

9.1 Pagamento dos Credores Quirografários (Classe III) - Os Credores

Quirografários farão jus ao recebimento do valor nominal dos créditos novados, conforme o presente “PRJ”, excluídos quaisquer valores devidos a título de juros, multas e demais encargos e descontados eventuais valores por eles retidos após a distribuição do pleito de recuperação, conforme as formas de pagamento determinadas a seguir:

9.2 Formas de Pagamento dos Credores Quirografários. Este “PRJ” prevê 01 (uma) forma de pagamento dos Credores Quirografários, conforme detalhado a seguir:

O pagamento dos Credores Quirografários será realizado da seguinte forma:

- (i) no prazo máximo de até 120 meses (10 anos), com acréscimo de juros remuneratórios de 0,5% ao ano e atualização anual com base no índice IPCA, limitado ao teto de 3% a.a., contados da data da homologação da aprovação do PRJ, com deságio de 80%.
- (ii) O pagamento do principal, acrescido dos juros remuneratórios e da correção monetária será feito em parcelas semestrais, vencendo-se a primeira parcela ao final do 18º (décimo oitavo) mês após a data da publicação da decisão que homologar o presente plano de recuperação judicial.

10. PAGAMENTOS DOS CREDORES QUIROGRAFÁRIOS ME E EPP (CLASSE IV)

10.1 Pagamento dos Credores Quirografários ME e EPP (Classe IV) - Os Credores Quirografários ME e EPP, farão jus ao recebimento do valor nominal dos créditos novados, conforme o presente “PRJ”, excluídos quaisquer valores devidos a título de juros, multas e demais encargos, conforme as formas de pagamento determinadas a seguir:

10.2 Formas de Pagamento dos Credores Quirografários ME e EPP. Este “PRJ” prevê 01 (uma) forma de pagamento dos Credores Quirografários ME e EPP, conforme detalhado a seguir:

O pagamento dos Credores Quirografários ME e EPP, será realizado da seguinte forma:

- (i) no prazo máximo de até 120 meses (10 anos), com acréscimo de juros remuneratórios de 0,5% ao ano e atualização anual com base no índice IPCA, limitado ao teto de 3% a.a., contados da data da homologação da aprovação do PRJ, com deságio de 80%.
- (ii) O pagamento do principal, acrescido dos juros remuneratórios e da correção monetária será feito em parcelas semestrais, vencendo-se a primeira parcela ao final do 18º (décimo oitavo) mês após a data da publicação da decisão que homologar o presente plano de recuperação judicial.

Credores da Classe ME e EPP que, comprovadamente mediante requisição da(s) Recuperanda(s), concordarem em fornecer bens ou serviços após o pedido de Recuperação Judicial em condições de preço e prazo de pagamento aplicáveis aos clientes em condição creditícia solvente poderão, após assinatura de termo de compromisso de fornecimento, receber seus créditos nas seguintes condições:

- (i) Prazo máximo de 24 (vinte e quatro) meses, contados da data da homologação da aprovação do PRJ, com deságio de 30%, sem qualquer tipo de atualização.
- (ii) O pagamento do principal, acrescido dos juros remuneratórios e da correção monetária será feito em parcelas mensais, vencendo-se a primeira parcela 30 (trinta) dias após a aprovação do plano de recuperação judicial.

11. CREDITORES COLABORADORES FINANCEIROS (CLASSES II E III)

11.1. Os credores colaboradores financeiros com créditos inscritos nas classes II e III que concordarem e aderirem as condições previstas no item 11.3 poderão receber seus créditos em condições diferenciadas daquelas definidas em suas respectivas classes, desde que respeitadas as condições definidas na presente seção.

11.2. Para efeito do exposto, serão considerados credores colaboradores financeiros as instituições financeiras ou assemelhadas, na definição do Banco Central, sejam elas públicas ou privadas, que comprovarem a adesão e o cumprimento do item 11.3.

11.3. Poderão ingressar nesta modalidade de pagamento, os Credores que prestarem serviços ou formalizarem parcerias, de forma continuada, que sejam necessárias à gestão e/ou possuam aderência a operação das RECUPERANDAS, tais como conta corrente para movimentação de recursos, contas para recebimento de valores de clientes, administração de folha de pagamento de funcionários, aplicações financeiras e outros serviços compatíveis com as atividades da RECUPERANDAS.

11.4. Com isto, os credores instituições financeiras que possuírem créditos concursais e votarem favoravelmente a aprovação do Plano de Recuperação Judicial e seus modificativos apresentados pela RECUPERANDA, poderão

aderir a presente cláusula que estabelece a condição de CREDOR COLABORADOR FINANCEIRO, desde que atendam as condições acima.

11.5. A adesão a condição de CREDOR COLABORADOR FINANCEIRO deverá ser manifestada pela instituição financeira interessada e a concordância pelas RECUPERANDAS, deverá ocorrer na AGC.

11.6. A instituição financeira que optar por aderir às condições estabelecidas nesta cláusula de CREDOR COLABORADOR FINANCEIRO e cujas condições sejam expressamente aceitas pela RECUPERANDAS, receberão seus créditos concursais nas seguintes condições:

- a) Deságio: 30%;
- b) Carência: 12 meses a contar a AGC que aprovar o Plano de Recuperação Judicial;
- c) Encargos financeiros: TR + 1,00% ao mês, incidentes sobre o saldo devedor total desde a data do pedido de RJ até o final do cronograma de pagamentos;
- d) Os respectivos valores de encargos financeiros incidentes no período de carência, serão incorporados ao saldo devedor de capital da operação;
- e) Os encargos financeiros calculados após o período de carência deverão ser pagos de forma integral, juntamente com as parcelas de capital.
- f) Referidos encargos básicos (correção/TR) e adicionais (juros/sobretaxa) serão calculados e capitalizados mensalmente a cada data base da operação, assim como no vencimento antecipado e na liquidação da dívida.
- g) Forma de pagamento: serão devidas 96 parcelas mensais e consecutivas (Sistema SAC), acrescida dos encargos financeiros dispostos no item 3, os quais deverão ser pagos integralmente, sendo que a primeira parcela será paga em até 30 dias após o término da carência.
- h) Inadimplemento: juros remuneratórios contratados para o período de adimplência, juros moratórios de 1% ao mês, multa de 2%, admitido pelo prazo máximo de 30 dias do vencimento da parcela. Após esse período, sem que haja a regularização do valor da parcela em aberto, o PRJ será considerado descumprido.

- i) Garantias: manutenção de todas as garantias anteriormente contratadas, mesmo considerando a novação da dívida que ocorrerá com a aprovação do plano de recuperação judicial.
- j) IOF: Na contabilização das operações incidirá IOF, na forma da legislação vigente.
- k) Descumprimento de PRJ: Em caso de descumprimento do PRJ, deverá ser observado o art. 61º, § 1º de que a recuperação judicial será convolada em falência.

12 CREDORES COLABORADORES NÃO FINANCEIROS

12.1. Serão considerados Credores Colaboradores Não Financeiros os credores quirografários devidamente listados na classe III, que sejam fornecedores de bens ou serviços não financeiros e que concordarem, mediante termo, com a concessão de crédito rotativo para o fornecimento de mercadorias ou serviços, conforme condições previstas nesta cláusula.

12.2. Para fazer jus a estas condições, o credor deverá observar as seguintes condições:

- a) o crédito rotativo deverá ter importe igual ou superior ao crédito inscrito e com prazo mínimo de pagamento de 60 (sessenta) dias;
- b) o termo de concessão de crédito deverá ser celebrado em até 30 (trinta) dias corridos contados da homologação do plano de recuperação judicial, com possibilidade de início de fornecimento em até 90 (noventa) dias contados da mesma data, se precedido de pedido no período das Recuperandas;
- c) a condição de preço praticada deverá observar os mesmos valores para clientes que não estejam em recuperação judicial ou afetados por insolvência, ainda que temporária;

- d) em caso de inadimplemento do crédito novo, o compromisso poderá ser rescindido sem a perda dos benefícios.

12.3. Os credores receberão seus créditos no prazo de até 12 (doze) meses contados da data da homologação do PRJ sem deságio ou atualização, com primeiro pagamento em até 60 (sessenta) dias contados da homologação do plano de recuperação judicial.

13. CREDORES ADERENTES

13.1. Os credores titulares de Créditos Não Sujeitos poderão, voluntariamente, aderir aos termos do presente PRJ e serão considerados “Credores Aderentes” nos termos deste Plano.

13.2. Serão considerados Credores Aderentes todos os credores de Créditos não Sujeitos, que manifestarem expressamente a sua intenção de aderir (i) durante a Assembleia Geral de Credores; ou (ii) que firmarem termo de adesão ou documento equivalente em até 30 (trinta) dias da data da publicação da decisão que homologar o Plano.

13.3 O pagamento aos Credores Aderentes se dará nos mesmos moldes definidos para os credores quirografários.

Regra da formalização. Todos os credores sujeitos aos efeitos do presente processo de recuperação [Classes I,II,III e IV], deverão, no prazo de 10 (dez) dias, contados da publicação da decisão que homologar o plano de recuperação judicial, encartar aos autos o formulário disponível no ANEXO III deste Plano de Recuperação Judicial, para que seja possível o seu pagamento na forma deste Plano.

13.1. Forma de pagamento – Os pagamentos previstos neste Plano aos credores serão realizados através de Transferência Eletrônica Disponível “TED” ou PIX para a conta corrente de cada um dos credores. Contudo, somente serão realizados após a atualização dos dados cadastrais dos credores por meio da juntada do formulário conforme ANEXO III.

14. EFEITOS DO PLANO

14.1 Vinculação do Plano. As disposições do Plano vinculam as Recuperandas e os Credores a partir da sua homologação judicial, na forma do artigo 59, da LRF.

14.2. Ratificação de atos. A aprovação do Plano representará a concordância e ratificação das Recuperandas e dos Credores com todos os atos praticados e obrigações contraídas no curso da Recuperação Judicial, incluindo, mas não se limitando, a todos os atos necessários ao integral cumprimento deste Plano e da Recuperação Judicial, cujos atos ficam expressamente autorizados, validados e ratificados para todos os fins de direito.

14.4. Quitação. Os pagamentos realizados na forma estabelecida neste Plano acarretarão, após integral pagamento, a quitação plena, irrevogável e irretratável de todos os créditos listados, inclusive quanto aos juros, correção monetária, penalidades, multas e indenizações

15. DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1 Dos procedimentos da recuperação judicial. Para fins do presente Plano, os credores e respectivos créditos são aqueles listados no Quadro Geral de Credores constantes no processo de recuperação judicial, os quais não serão alterados após a sua aprovação.

15.2. Caso, em decorrência de decisões judiciais, novos créditos forem adicionados à relação de credores ou houver alteração nos créditos já existentes, tais créditos sujeitar-se-ão às mesmas condições oferecidas aos credores nos termos do presente Plano, nas mesmas condições de pagamento aqui estabelecidas, conforme a classificação que lhes for atribuída, sem direito aos rateios dos créditos anteriores.

15.3. Caso, por decisão judicial, ocorra à exclusão de algum credor ou do respectivo crédito da relação de credores, o Plano permanecerá válido em relação aos demais credores que não foram diretamente afetados pela referida decisão.

15.4. Os credores poderão ceder seus respectivos créditos desde que (i) a cessão seja comunicada às Recuperandas nos termos da lei e (ii) os respectivos cessionários recebam e confirmem o recebimento de cópia do Plano, reconhecendo que, quando da aprovação do Plano, o crédito cedido estará adstrito às suas cláusulas, sob pena da cessão ser reputada ineficaz em relação às Recuperandas.

15.5 Das notificações e dos anexos. Todos os anexos deste Plano são a ele incorporados e constituem parte integrante deste. Na hipótese de haver qualquer inconsistência entre este Plano e qualquer anexo, o Plano prevalecerá.

15.6. Todas as notificações, requerimentos, pedidos e outras comunicações às Recuperandas, para que sejam eficazes, deverão ser feitas por escrito e serão consideradas realizadas somente quando (i) enviadas por correspondência registrada, com aviso de recebimento, ou, (ii) enviadas por fac-símile, e-mail ou outros meios, quando efetivamente entregues.

15.7. Divisibilidade das previsões do Plano. Na hipótese de qualquer termo ou disposição do Plano ser considerada inválida, nula ou ineficaz pelo Juízo da Recuperação, o restante dos termos e disposições do Plano devem permanecer válidos e eficazes, devendo as partes cumpri-los na sua integralidade.

15.8 Eleição de Foro. Todas as controvérsias ou disputas que surgirem ou estiverem relacionadas a este Plano serão resolvidas pelo Juízo da Recuperação.

São Paulo, 3 de janeiro de 2024

INDUSTRIA E COMERCIO DE CONSERVAS MOLIZ PALMEIRAL LTDA.
MOLIZ PALMEIRAL LTDA, VIVA GOURMET PALMEIRAL SERVIÇOS EIRELI.
MAURÍCIO QUAGLIATO